

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

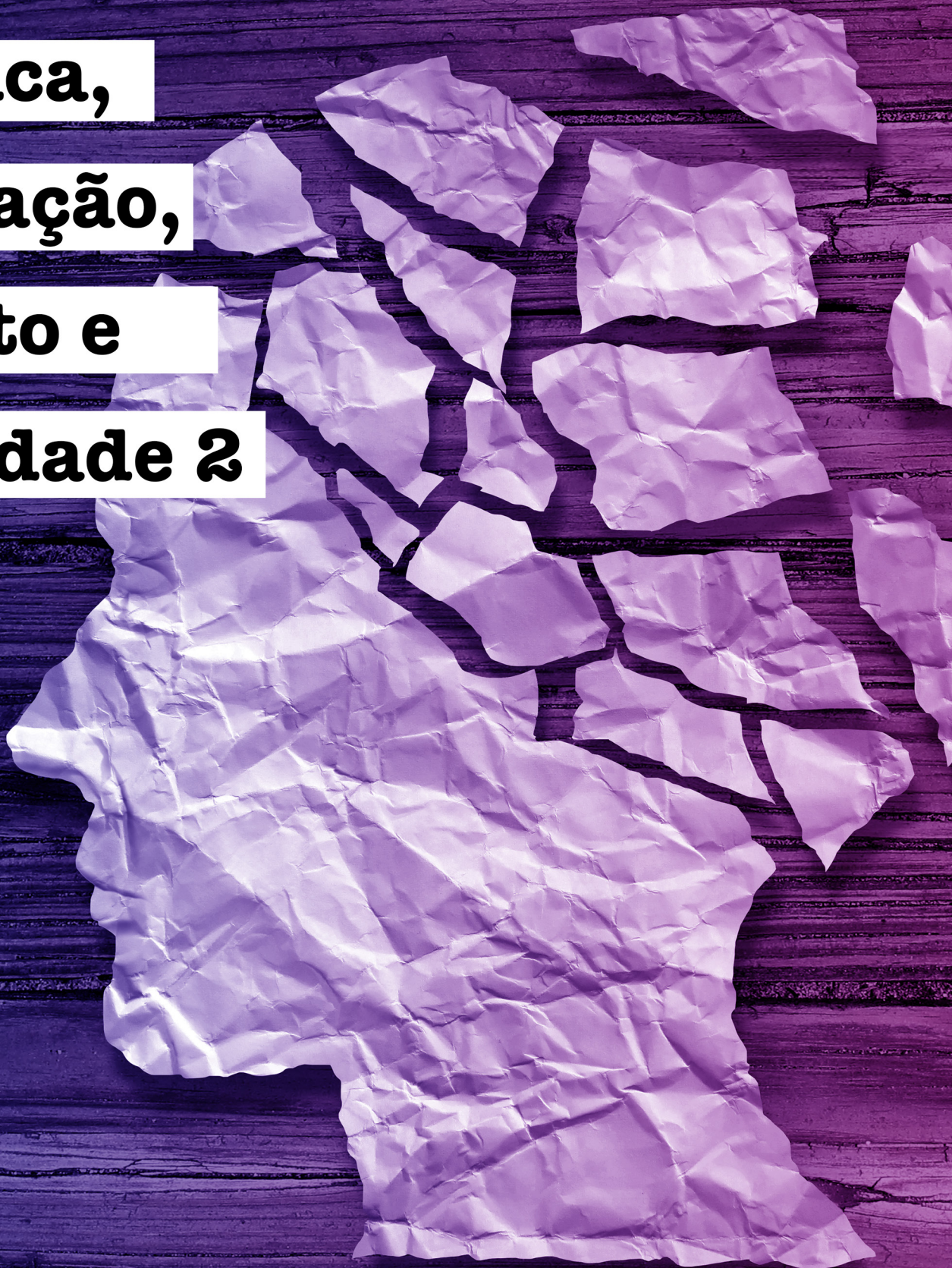
**Filosofia**

**Política,**

**Educação,**

**Direito e**

**Sociedade 2**



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições



para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9571904028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9571904029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>121</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>126</b>
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>139</b>
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040215</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>210</b>
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>231</b>
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

**CAPÍTULO 23 ..... 242**

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

**DOI 10.22533/at.ed.95719040223**

**CAPÍTULO 24 ..... 252**

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

**DOI 10.22533/at.ed.95719040225**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 265**

## CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)

### Luan Manoel Thomé

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Diamantina, Minas Gerais.

### Flávio César Freitas Vieira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Diamantina, Minas Gerais.

**RESUMO:** A pesquisa sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant tem por referencial teórico Magalhães (2004); Faria Filho (2014), Gonçalves (2006), Cabral, Azevedo (2012); e de Gil, Caldeira (2011). A metodologia foi a pesquisa documental com as etapas de coleta, identificação, catalogação e análises. Entre as fontes primárias utilizadas estão: Jornais Diamantina, Idea Nova, O Norte, os livros do GED Caixa Escolar, Folhas de Pagamento, Promoções todos esses documentos datados em 1907. As principais fontes secundárias foram Senna (1906) com seu anuário estatístico sobre o Estado de Minas Gerais; e produções de funcionários do GED. A periodização da pesquisa foi delimitada de 1907 a 1909, tendo por referência os anos de início e término da

atuação do primeiro diretor. Nos resultados obtidos compreende-se que o cargo de Diretor de Grupo Escolar surgiu com a Reforma João Pinheiro, Lei nº 439 de 28/09/1906, que expressou o ideário republicano na educação. O decreto nº 1960 de 16/12/1906 regulamentou o funcionamento dos grupos escolares e trazia no terceiro capítulo as atribuições dos diretores, como era um cargo de grande responsabilidade, tinha uma maior remuneração. Cícero exerceu o cargo de 1907 a 1909, com atribuições: controlar as atividades das professoras, dos alunos e de demais funcionários, elaborar toda documentação (folhas de pagamento, caixa escolar, termos de promoção e exames) para serem enviados a Secretaria do Interior mediante autorização dos inspetores. Coube aos diretores implementar essa modernidade republicana, ser um elo entre o governo mineiro e o grupo escolar.

**PALAVRAS-CHAVES:** Reforma João Pinheiro, Grupo Escolar Diamantina, Diretor de Grupo Escolar.

**ABSTRACT:** The research on the first director of the School Group of Diamantina (SGD) Cícero Arpino Caldeira Brant has by theoretical reference Magalhães (2004); Faria Filho (2014), Gonçalves (2006), Cabral, Azevedo (2012); and de Gil, Caldeira (2011). The methodology was the documental research with



collection, identification, cataloging and analysis steps. Among the primary sources used are Diamantina Journals, New Idea, The North, the SGD books from School Cashier, Payroll, Promotions, all of these documents dated from 1907. The main secondary sources were Senna (1906) with its statistical yearbook of Minas Gerais State and SGD staff productions. The research periodization was delimited from 1907 to 1909, having as reference the years of beginning and end of the action of the first director. In the obtained results, it is understood that the School Group Director position arose with the João Pinheiro Reformation, Law nº 439 of 09/28/1906, which expressed the republican ideology in the education. Decree no. 1960 of 16/12/1906 regulated the school groups functioning and brought in the third chapter the directors attributions, as it was a great responsibility position it had a higher remuneration. Cícero held the position from 1907 to 1909, with attributions: to control the activities of teachers, students and other employees, prepare all documentation (payroll, school cashier, promotion terms and exams) to be sent to the Interior Secretary through inspectors' authorization. It was up to the directors to implement this republican modernity, to be a link between the Minas Gerais government and the school group.

**KEY-WORDS:** João Pinheiro Reformation, School Group of Diamantina, School Group Director.

## 1 | INTRODUÇÃO

No período imperial brasileiro a instrução primária em Minas Gerais era constituída basicamente por escolas isoladas, nesse sistema de ensino havia crianças em diversas idades e adiantamentos sob a orientação de um único professor. Muitos professores davam aula em suas casas, sem nenhuma condição de infraestrutura, conforme Gil e Caldeira (2011).

As escolas isoladas sofreram muitas críticas, eram vistas como um atraso para a educação do estado, esse modelo escolar vigorou por muito tempo, havia uma significativa infrequência dos alunos, esse era um dos motivos dessas instituições serem vistas como desorganizadas. Faria Filho (2014, p. 34) classifica a escolas isoladas como sendo um “pardieiro”, com algumas de suas características:

[...] o sistema de instrução estava desorganizado, os (as) professores(as) era considerados(as), em sua grande maioria, incompetentes, desleais para com o governo- pois fraudavam os livros de registro (matrícula e frequência de aluno(as) para manter a cadeira funcionando-, e pouco assíduos ao trabalho. [...] péssimas condições em que trabalhavam: locais e materiais inadequados, baixos salários, dentre muitos outros. Uma das consequências, amplamente divulgadas, era que, nessa escola, a frequência chegava, quando a muito, a 50% da matrícula e o aproveitamento dos/das alunos/as ficava em torno de 30 a 40% dos/das frequentes em muitas vezes nem isto.

Com o advento da república veio à necessidade de ter um novo homem, moldado nas concepções modernas republicanas e dentro do sistema capitalista, esse momento foi marcado como repúdio a monarquia. A república era considerada como um futuro que traria um desenvolvimento para a sociedade brasileira.

Educar o povo tornar-se-ia a preocupação central do projeto educacional republicano. O desafio de construir a nação brasileira passava pela necessidade de regenerar o povo, combatendo os maus costumes, o vício, a indolência. Caberia à escola primária moldar o novo cidadão. (SOUZA, 2008, p. 36)

Para Gonçalves (2006) com a república surge a necessidade de integrar o povo a nova ordem, de alocar o trabalhador livre ao mercado de trabalho, evidenciou a necessidade de reinventar uma nova escola, com a proposta de modernizadora da sociedade. O autor destaca dois pontos que contribuíram para isso, essa nova escola era uma forma de superação do atraso da instrução primária e era uma maneira de formar cidadãos civilizados.

Nesse contexto, há uma nova visão sobre o tipo de homem a ser formado pela escola, qual seja, de um indivíduo moralizado, pensante e produtivo à nação. Podemos observar a enorme preocupação por parte dos republicanos através da atenção constantemente voltada aos avanços educacionais e econômicos dos países civilizados, e nessa perspectiva, empreenderam-se em reorganizar o ensino nos moldes desses países no intuito de garantir a ordem e o progresso da sociedade brasileira. (BERLOFFA; MACHADO, 2012, p. 01)

Em 1906 o presidente do estado de Minas Gerais João Pinheiro da Silva (1906-1908) deliberou uma reforma educacional, visando modificar o ensino primário e normal do estado. Essa reforma foi sancionada pela Lei nº 439 de 29 de setembro de 1906, Manoel Thomaz Carvalho Britto (1906-1908) estava à frente da Secretária do Interior, órgão do governo responsável pela instrução.

Com a reforma foram instituídos os grupos escolares, para Faria Filho (2014) era um agrupamento de escolas isoladas, segundo Azevedo; Cabral (2016) esse modelo de escola representava um novo ideal de uniformização do trabalho escolar, a sua expansão em Minas Gerais acompanhou o desenvolvimento urbano. “Neles, e por meio deles, os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular” (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p. 24).

## 2 | O GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA

O Grupo Escolar de Diamantina (GED) surgiu da união de quatro escolas isoladas, sendo das professoras Liseta de Oliveira Queiroga, Agostinha Sá Corrêa Rabello, Júlia Kubistchek e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, todas foram removidas de suas escolas isoladas para o grupo escolar em 1907 como trazem dos documentos no Arquivo Público Mineiro e o Jornal *O Norte* (1907). O Grupo Escolar de Diamantina foi criado pelo decreto 2091, de 20 de setembro de 1907, instalado em novembro do mesmo ano.

O Presidente do Estado de Minas Gerais, de conformidade com o disposto no art. 22, combinado com o artigo 45 do regulamento que baixou com o dec. Nº 1960, de 16 de Dezembro 1906; considerando que é necessária a difusão do ensino publico primario, de acordo com os novos methods adaptados, resolve, para a execução do disposto no art. 4º da lei n. 439, de 28 de Setembro daquelle ano, crear o Grupo Escolar da cidade de Diamantina. Palácio da Presidencia do Estado de Minas

A inauguração do Grupo Escolar de Diamantina foi um momento de grande festividade na cidade, o presidente do estado João Pinheiro da Silva veio pessoalmente junto com o secretário do interior Carvalho Britto para essa solenidade. A inauguração dos grupos escolares eram momentos organizados e pensados para serem um espetáculo formativo, não apenas de comportamentos, mas de sensibilidades e sentimentos (FARIA FILHO, 2014).



Figura 01: Grupo Escolar de Diamantina. Acervo de Nélcio Lisboa.

Gonçalves (2006) enfatiza que a reforma destaca-se das demais ocorridas anteriormente em Minas Gerais, o presidente João Pinheiro deu valor a esse ato, pois foi o primeiro da sua gestão. Em segundo lugar a reforma veio substituir uma instrução pública decadente, trazendo uma escola graduada e nos moldes da modernidade.

Com os grupos escolares, o governo mineiro necessitou criar uma legislação que amparasse essa nova forma de instituição educativa, a Lei 439 aprovada em 28 de setembro de 1906 legitimou a reforma, os decretos nº 1947 de 30 de setembro de 1906 (aprovou o programa do ensino primário) e o decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906 (aprovou o regulamento do ensino primário e normal do estado).

Os Grupos Escolares e o processo de organização deles significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação do campo educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares. (FARIA FILHO, 2014, p. 47)

Os grupos escolares trouxeram para os professores outra “forma” do fazer pedagógico, agora racionalizada, havia um regimento para operacionalizar as ações, que ia desde a infraestrutura até a metodologia empregada nas aulas. Essas instituições tinham como objetivo padronizar o ensino primário, nele estava estabelecido o que, e a forma que deveria ser ensinado. Com essa nova forma escolar estava atrelada:

[...] uma representação dos Grupos Escolares como a instituição que, materializando as perspectivas e expectativas mais inovadoras e modernas em termos da instrução primária, significaria um rompimento definitivo com a escola imperial, tradicional e arcaica, cuja representação acabada era a escola isolada. (FARIA FILHO, 2014, p. 36)

Os grupos escolares eram a forma de levar o progresso advindo da perspectiva da república, isso não foi diferente em Diamantina, todas as professoras do grupo tiveram que adotar essa “modernidade” republicana no exercício de sua profissão. Nessa instituição de ensino ao invés de turmas multisseriadas, ocorreu à seriação, em turmas de gênero diferentes ou mistas, por isso alguns autores afirmam que essa escola era do tipo orgânica e graduada.

Para Carvalho; Gonçalves Neto; Carvalho (2016, p. 259): “o professor primário deveria se empenhar em educar e inculcar hábitos que iriam promover o desenvolvimento intelectual, moral e físico e produzir alunos aptos, não somente para ler e escrever, mas também para trabalhar”.

As fontes dessa pesquisa possibilitam obter dados que contribuem para esclarecer o processo de feminização do magistério sofrido no GED, as oito cadeiras foram todas ocupadas por mulheres, somente no cargo de direção ficou na incumbência de um homem. Para Faria Filho (2014) a reforma deixava clara sua “preferência” por professoras normalistas, por isso no artigo 10 do Regulamento do Ensino Primário e Normal, Decreto n. 1960, 16/12/1906, dizia: “O governo fará desde logo funcionar na Capital uma escola normal destinada exclusivamente ao sexo feminino” (MINAS GERAIS, 1907, p. 157).

Faria Filho (2014, p. 144) traz as palavras do secretário do Interior Carvalho Brito sobre o regulamento, ao expressar sua preferência por mulheres para atuarem como professoras nos grupos escolares e escolas isoladas. Em sua fala é evidente o ideal de escolarizar a população, gera custos altos, por isso os professores são mal remunerados, a mulher tem mais facilidade de se sujeitar a esse cenário.

O regulamento estabelece a preferência da professora para o ensino primário, é o meio de abrir à mulher mineira uma carreira digna e proporciona-lhe ensejo de ser útil a pátria. [...] A mulher melhor compreende e cultiva o caráter infantil, e a professora competente é mais apta para a educação sem corrupções do coração e sem degradações de caráter. [...] Acresce que a professora com mais facilidade sujeita-se aos reduzidos vencimentos que o Estado pode remunerar o seu professorado. (MINAS GERAIS, 1906, p. 07 *apud* FARIA FILHO, 2014, p. 144)

Antes do processo de feminização do magistério a profissão de professor era ocupada exclusivamente por homens, entretanto com a reforma de 1906 houve uma expansão do ensino e com isso mais exigências para os professores, os homens deixam a profissão de professores primários para ocuparem cargo de inspeção e direção (FARIA FILHO, 2014).

A reforma escolar João Pinheiro (1906) trouxe uma nova forma de educação primária para o estado, Gonçalves (2006) salienta que essa reforma propôs dar outro tratamento à instrução mineira, à semelhança do que já havia acontecendo em meio

às nações modernas e nos estados de São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em Diamantina o Jornal *O Norte* em sua edição de 14/02/1907, abordava sobre os benefícios advindos pela reforma proposta por João Pinheiro:

Vão produzindo optimos resultados as medidas tomadas pelo actual governo de Minas no sentido de melhorar a instruccção primária do Estado.

Pelas notícias que no tem chegado em comunicados de diversos logares o aumento da matrícula atinge uma media de 10%.

A obra de salvação do futuro está iniciada cumpre que continue com o mesmo entusiasmo e sem esmorecimentos, como tem feito o ilustre titular da pasta do interior, o dr. Carvalho Britto, que a continuar como até agora, com justiça conquistará o título de benemérito da pátria. (JORNAL O NORTE, 14/02/1907, p. 02)

A reforma no prédio trouxe várias dificuldades conforme o relatório elaborado o diretor do GED Cícero Arpino Caldeira Brant (1908), as aulas no primeiro ano de funcionamento começaram em novembro de 1907, em abril de 1908 a reforma ainda não tinha sido finalizada. Vidal; Faria Filho (2010, p. 25) esclarecem sobre a arquitetura dos prédios dos grupos escolares:

Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas.

Cícero em seu relatório comenta sobre a arquitetura do GED, os problemas enfrentados por sua gestão, em colocar em prática a planta do prédio conforme determinação do governo mineiro, não havia salas para funcionar a biblioteca e o museu escolar.

Neste Grupo Escolar os alumnos dos dois sexos estão completamente separados. Nos respectivos pateos não é absolutamente possível plantar jardim: - no das meninas, por ser pequeno; nos dos meninos, por ser destinado às evoluções militares. Há uma lacuna sensível neste predio: a falta de local apropriado para o Museu e Bibliotheca, visto como os commodos, que poderiam para isso servir, estão sendo adaptados para as futuras officinas, conforme exige a planta. (BRANT, 15/04/ 1908)

As professoras nos grupos escolares deveriam utilizar o método intuitivo, era embasado conforme Klein (s/d, p. 04) na “[...] educação dos sentidos: a visão, a audição, o olfato, o paladar e o tato. O método prevê lições curtas e atraentes, intercaladas com cantos, marchas, ginástica, trabalhos manuais”. Faria Filho (2014) ainda contribui dizendo que nesse método a atividade do aluno é a primeira condição para o sucesso escolar.

Segundo o método, o conhecimento deveria ocorrer a partir da percepção dos

objetos pela criança, cujo lema era pouco livro e muita reflexão, possibilitando-a a observar, refletir e expor o que observou, até chegar a um conhecimento superior. Verificou-se que as crianças podiam aprender de um modo mais fácil, utilizando-se desses recursos. As Lições de Coisas deveriam partir do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral e da síntese para a análise. (KLEIN, s/d, p. 04)

Esse método veio alterar de maneira significativa a atuação de muitas professoras acostumadas com um método tradicional, marcado pela centralidade do professor no processo de ensino-aprendizagem, o sucesso escolar depende da atividade do aluno.

No método intuitivo prevalecem à atividade dos alunos, ao invés da atividade de ensino, os resultados de aprendizagem ficam de lado, para darem lugar ao processo de construção dos mesmos. “Ensinar a aprender é, pois, uma máxima e uma característica dessa escola” (FARIA FILHO, 2014, p. 218).

O método intuitivo ao ser empregado nos grupos escolares veio trazer um novo conceito de “ser” professor, Faria Filho (2014) salienta que o método trouxe mudanças operadas na forma de ensinar, gerando conseqüentemente um questionamento sobre a competência das professoras.

Estamos aqui num terreno muito interessante das representações pedagógicas relacionadas à educação dos sentidos, da sensibilidade, das emoções e da relação dessas (educação) com o conhecimento. Com certeza, o canto, mas também as comemorações, as festas, as “aulas de urbanidade”, os espetáculos foram, ao longo da primeira república (e mais nos períodos autoritários posteriores), utilizados como poderosos mecanismos de educação e conformação de corpos e mentes. (FARIA FILHO, 2014, p. 116)

O método deveria ser incorporado na atuação das professoras, tendo como base as disciplinas e os conteúdos a serem ensinados conforme o Programa de Ensino, caso isso não fosse feito elas seriam alvos dos diretores e inspetores que tinham como missão controlar as atividades do meio escolar.

### 3 | O DIRETOR CÍCERO CADLEIRA ARPINO

Com a reforma surgiu o cargo de diretor, a escolha das pessoas para compor esse cargo, poderia ser uma normalista do grupo ou uma personalidade da cidade, Faria Filho (2014, p. 130) ressalta que “[...] a criação da função de direção dos grupos escolares significava um momento de introdução, na educação primária, de formas mais racionais de ensino, controle e administração inspiradas nos processos de organização do trabalho fabril”.

Faria Filho (2014, p. 130) cita a parte do Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas de Minas Gerais (1908) que esclarecem sobre a atuação dos diretores:

O êxito dos grupos escolares depende, em regra, de sua direção. Os diretores são almas destes estabelecimentos, depende de sua boa vontade, de seus esforços, de sua competência, de seu patriotismo, a divisão regular dos trabalhos escolares, a fiscalização permanente, a uniformidade na execução dos programas, o estímulo

aos professores e alunos, a ordem, a disciplina e a higiene, sem o que não realizam os grupos escolares os intentos de sua vocação. (MINAS GERAIS, 1908)

O diretor era a figura do Estado na instituição, dentre as inúmeras atribuições tinha que controlar as atividades das professoras, para que a legislação fosse seguida, esse cargo era intrinsecamente um mecanismo de controle criado pelo governo.

Nesse cenário, era função do diretor, além do zelo pela instituição de ensino sob seu comando, ter a iniciativa para a construção dessa nova cultura escolar mais racional, capaz de difundir novas práticas, ideias, princípios, hábitos e ritos institucionalizados pela nova organização política da sociedade republicana, em processo de implementação. (CABRAL; AZEVEDO, 2012, p. 188)

O diretor dos grupos escolares por serem os gestores da instituição, deveria fiscalizar o trabalho de todos os funcionários, principalmente o pedagógico das professoras, tinham que enquadrar todos os funcionários na modernidade da educação advinda com a república conforme Faria Filho (2014).

O serviço administrativo da escola contava com a participação da servente, do porteiro, já o pedagógico era composto por todas as normalistas que lecionavam no grupo escolar, o diretor tinha tanto incumbência administrativa quanto pedagógica, as fontes dessa pesquisa esclarecem sobre isso.

Outra atribuição do diretor era ser um disciplinador da instituição, deveria cobrar a ordem aos alunos e professores, para que houvesse um distanciamento da rua a escola. O 26º artigo do Regulamento da Instrução Primária e normal do estado traz essa incumbência. Para Cabral; Azevedo (2012) o controle e a intenção da vigilância sobre as condutas das pessoas fazem parte da escola.

Cabia muitas vezes ao diretor o sucesso ou fracasso das instituições que geriam, eles foram responsáveis por executar a reforma, tinham que fazer a escolarização em torno do projeto republicano, liberal e civilizatório, de promoção e difusão do ensino, como um meio de modernizar a sociedade para um novo tempo de ordem e progresso (CABRAL; AZEVEDO, 2012).

O diretor era um meio de comunicação do grupo escolar com a Secretaria do Interior, eles deveriam enviar relatórios, demandas do corpo docente e discente, por isso eles passaram “[...] a cumprir um papel importante de legitimação das professoras e dos funcionários diante da Secretaria” (FARIA FILHO, 2014, p. 131).

Ele era o responsável pela produção de uma identidade para o profissional da educação, desenvolvendo competências técnicas, entusiasmo e amor as suas funções. Nesse sentido a legislação trazia no regulamento: “Art. 27: As directorias dos diversos grupos deverão se considerar como elementos da inspecção geral do ensino e, portanto, fontes de informação e de esclarecimentos à disposição do governo” (MINAS GERAIS, 1906, p. 159).

Cícero Arpino Caldeira Brant foi o primeiro diretor do GED, bacharel em direito, literário, em suas obras usava o pseudônimo de Ciro Arno, escreveu obras como “*Memórias de um estudante*” (1947) e os “*Jatobás*” (1951), além de ser redator do

Jornal *Idea Nova* em Diamantina. Sua gestão foi de 1907 a agosto de 1909, quando houve uma tentativa de fechamento do grupo, o governo alegou que a instituição não estava com frequência considerável de alunos, nenhuma das fontes produzidas na fase inicial do GED relatam isso, somente o Jornal *O Norte* em sua edição de 18/08/1909.

Em geral as mulheres ocupavam o cargo de direção dos grupos escolares, em algumas cidades do interior os homens assumiam como destaca Faria Filho (2014), essa é uma hipótese de Cícero ter sido escolhido, ao invés de uma das professoras removidas para o grupo, já atuantes na área da educação.

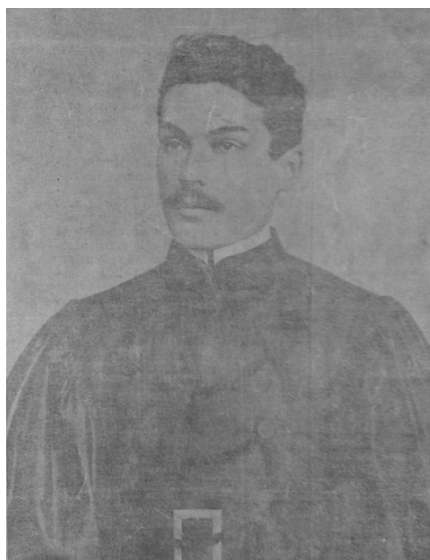


Figura 02: Cícero Arpino Caldeira Brant, diretor do Grupo Escolar de Diamantina 1907-1909. Acervo do Jornal IDEA NOVA, 04/04/1909, p. 01.

Os diretores tinham a incumbência de realizar a escrituração de todos os documentos produzidos no grupo escolar, o Livro de Promoção (1907) começa da seguinte forma: “Acta de Exames dos alumnos e das alumnas do Grupo Escolar de Diamantina, dirigido pelo bacharel Cícero Arpino Caldeira Brant” (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 04).

Nas fontes dessa pesquisa produzidas no GED nota-se a assinatura do diretor e do inspetor municipal em todos os documentos. A produção desses documentos era incumbência dos diretores, mas sua legitimação ocorreria com a chancela do inspetor. “Cabe ao diretor do grupo organizar a folha de pagamento do pessoal docente e administrativo sob sua jurisdição” (MINAS GERAIS, 1906, p. 159).

No final da ata dos exames ocorridos em 17 de novembro de 1908, é comprovado quem fazia a documentação do grupo: “Do que para constar foi lavrada esta acta por mim diretor, sendo ella assignada pelo sr. Inspector Escolar, Examinadores, Professores e alguns alumnos” (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 06).

Ao analisar a figura 02 Folha de Pagamento do mês de junho de 1908, verifica-se a semelhança entre a caligrafia usada no documento e a assinatura de Cícero, demonstrando sua autoria.



**Grupo Escolar de Diamantina**  
 Folha de pagamento referente ao mez de Junho de 1908

Emprego	Nome	Vencimento	Dias trabalhados	Descontos		Total dos descontos	Liquido	Recebido dos professores	Observações
				Legislação	Outros				
Diretor	Cícero Arpino Caldeira Brant	250,000	0	18,500	0	18,500	231,500	Cícero Arpino Caldeira Brant	Abonando contas
Professora	S. Espinosa da Silva Machado	150,000	0	18,500	0	18,500	131,500	Emilia da Silva Machado	"
	Castelina Brant	150,000	0	18,500	0	18,500	131,500	Castelina Brant	"
	Paulina B. da Silva Machado	150,000	0	18,500	0	18,500	131,500	Paulina B. da Silva Machado	"
	Edna Cavero Rabello	150,000	0	18,500	0	18,500	131,500	Edna Cavero Rabello	"
	Maricarmen L. B. Mourão	—	0	44,000	—	44,000	—	—	—
	Agustina de S. B. Rabello	150,000	0	18,500	0	18,500	131,500	Agustina de S. B. Rabello	Comanda para o grupo
	Julia Fortitudo	150,000	0	18,500	0	18,500	131,500	Julia Fortitudo	"
	Luiza de Oliveira Linsinga	150,000	0	18,500	0	18,500	131,500	Luiza de Oliveira Linsinga	"
	Francisco Regulo Caputo	80,000	0	0	0	0	80,000	Francisco Regulo Caputo	Abonando contas
	Augusta Bago	63,333	0	0	0	0	63,333	Augusta Bago	"
Porteiro	—	80,000	0	0	0	80,000	—	—	—
Servente	—	63,333	0	0	0	63,333	—	—	—
Caixa etc.	—	—	0	0	0	—	—	—	—
	Summa	1.400,000	0	—	—	—	1.400,000	—	—

Diamantina 30 de Junho 1908  
 O Diretor, Cícero Arpino Caldeira Brant  
 O Inspector escolar municipal, Cícero Arpino Caldeira Brant

Figura 03: Folha de Pagamento de Junho de 1908. Livro de Folha de Pagamento (1907). Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

O cargo de diretor do GED era de grande responsabilidade, por isso os que exerciam o cargo tinham uma remuneração maior se compararmos com a remuneração das professoras e demais funcionários. Pelos dados fornecidos pelo livro de Folhas de Pagamento encontramos que o salário do diretor corresponde a 250\$000, das professoras 150\$000, do porteiro 80\$000 e da servente 63\$333.

O responsável pelo grupo escolar era o diretor, considerado como um elemento chave na reforma, ele era o representante do Estado na instituição, no GED tinha que exercer um controle sobre as atividades do corpo docente e administrativo, isso incluía disciplinar tanto os alunos e funcionários. Por ser o gestor da instituição, era considerado como uma ponte de comunicação do grupo escolar com a secretaria do interior, por isso era produtor de toda a documentação da instituição e responsável por configurar essa nova cultura escolar advinda com a reforma João Pinheiro (1906).

## REFERÊNCIAS

ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante 1885-1906*. 2ª Edição, a edição correta e ampliada. Revista Ampliada, Gráfica Olímpica. 1949. Disponível na Biblioteca Antônio Tórres.

BERLOFFA, Viviane de Oliveira. MACHADO, Maria Cristina Gomes. *A Constituição dos Grupos Escolares no período republicano: Perspectivas de modernização da sociedade brasileira*. Universidade Estadual de Maringá, Seminário de Pesquisa do PPE, Maringá: 2012. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2012/trabalhos/co\\_01/009.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/009.pdf) acesso em Janeiro de 2017 as 17h.

BRANT, Cícero Arpino Caldeira Brant. *Relatório enviado a Secretaria do Interior em 15 de Abril de 1908*. In: Livro de Correspondências, Grupos Escolares, 4ª Seção, Secretaria do Interior (1908). Arquivo Público Mineiro.

CABRAL, Thalitha E. M. AZEVEDO, Denilson Santos de. *A gestão pedagógica nos primeiros*

**anos de funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum (1912-1930).** In: Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 185-204, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoem perspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/236/82> acesso em Maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **A criação do Grupo Escolar Silveira Brum e seus primeiros anos de funcionamento: Relações entre a república e as festas escolares (1912-1930).** Educação em Foco, Juiz de Fora, v.20, n.3, p. 165-186, Nov 2015/Fev 2016, disponível em: <https://educacaoemfoco.ufjf.emnuvens.com.br/edufoco/article/view/2818> acesso em Novembro de 2016.

CARVALHO, C. H. de. GONÇALVES NETO, W. CARVALHO, L. B. de O. B. de. **O Projeto modernizador à mineira: Reformas administrativas e a formação de professores (Minas Gerais, 1906-1930).** Revista História da Educação Online-UFRGS, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/60386/pdf> acesso em Janeiro de 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918).** Uberlândia, EDUFU, 2014.

GIL, Natália. Caldeira, Sandra. **Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais.** Estatística e Sociedade, Porto Alegre, p.166-181, n.1 nov. 2011 | [seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade](http://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade). Disponível em: [file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/24543-92309-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/24543-92309-1-PB%20(1).pdf) acesso em Maio de 2016.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura Escolar: Práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918).** Belo Horizonte: Autêntica/ FCH-FUMEC, 2006.

JORNAL IDEA NOVA. **Foto de Cícero Arpino Caldeira Brant.** Edição de 04/04/1909, p. 02. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Grupo Escolar.** Edição de 18/08/1909. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

KLEIN, Roseli B. **“As lições das coisas”, Método pedagógico no interior do Grupo Escolar: transformação do ensino verbalístico em concreto, racional e ativo.** FAFIUV/UNERPAR-PR. Disponível em: <file:///D:/bkp%20luan/Documents/Mestrado/2%C2%BA%20Per%C3%ADodo/Hist%C3%B3ria%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20no%20Brasil/M%C3%A9todo%20Intuitivo.pdf> acesso em Maio de 2016.

LIVRO DE CAIXA ESCOLAR. **Escola Estadual Matta Machado**, 1907.

LIVRO DE FOLHA DE PAGAMENTO. **Escola Estadual Matta Machado**, 1907.

LIVRO DE PROMOÇÕES. **Escola Estadual Matta Machado**, 1907.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: História das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MINAS GERAIS. **Decreto 2.091 de 20/09/1907.** Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, Minas Geraes, 1907. Acervo do Arquivo Público Mineiro. BH, Minas Gerais.

MINAS GERAIS. **Decreto 1960 de 16/12/1906.** Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, Minas Geraes, 1906. Acervo do Arquivo Público Mineiro. BH, Minas Gerais.

MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Relatório dos Secretários do Interior e Justiça (1904-1918). *apud* FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918).** Uberlândia, EDUFU, 2014, p. 144.

PENTEADO, Ana Elisa de A. BEZERRA NETO, Luiz. **As reformas educacionais na Primeira**

**República (1889-1930).** In: História da administração escolar no Brasil. Organizado por Azilde L. Andreotti, José Carlos Lombardi, Lalo W. Minto. Campinas, SP: Editora Alinea, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2).

VIDAL, Diana. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, nº 14, Rio de Janeiro, Maio/Agosto de 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782000000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200003) acesso em Janeiro de 2017.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957